



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROJETO BÁSICO

CONCORRÊNCIA Nº. 01/2016

Processo Administrativo nº. 23747.009874.2016-70

DO OBJETO

1.1 O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada, no ramo de engenharia, para a execução, mediante o REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, da obra de construção da Cantina do IFMT – *Campus* Alta Floresta, localizado junto ao lote 143-A – Rodovia MT 208 – Perímetro Urbano do Município de Alta Floresta-MT, conforme especificações e elementos técnicos constantes neste Projeto Básico e seus anexos.

1.2 A contratação contempla o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme informações constantes neste Projeto Básico e seus anexos.

DO OBJETIVO/JUSTIFICATIVA

2.1 Conforme Art. 17 da Organização Didática do IFMT (Resolução CONSUP IFMT nº. 104/2014), o *Campus* Alta Floresta funciona em três turnos (Matutino, Vespertino e Noturno). De acordo com a estrutura dos cursos da Educação Profissional e do Ensino Superior, alguns funcionam em dois turnos, o que exige a permanência dos alunos na Instituição nos referidos turnos. Há que se considerar que a maioria desses alunos reside em bairros distantes, o que impossibilita seu deslocamento até sua residência para fazer as refeições. Além disso, muitos não dispõem de condições financeiras para arcar com esse deslocamento diário.

2.2 É importante ressaltar que a Sede definitiva do *Campus* Alta Floresta, apesar de estar localizada em perímetro urbano, está ligeiramente afastada do centro comercial da cidade, bem como dos bairros residenciais, de modo que não há atualmente restaurantes/lanchonetes localizados na proximidade da unidade.

2.3 O IFMT, enquanto Instituição que oferta ensino público, deve prover os meios necessários para garantir a permanência do aluno na Instituição (combate a evasão), bem como o contínuo melhoramento de seu desempenho acadêmico. Um dos instrumentos de que dispõe a Instituição para atingir esses objetivos é a política de assistência estudantil. Tal política consiste num conjunto de ações que proporcionam os recursos mínimos para que o discente possa comparecer às aulas, tais como moradia, **alimentação** e transporte, bem como acesso aos instrumentais pedagógicos necessários a sua formação e o acompanhamento às necessidades educativas específicas, tendo em vista a permanência e o sucesso deste discente na escola.

2.4 Conforme Art. 7º, “b” da Resolução CONSUP IFMT nº. 02/2012, a alimentação constitui uma das categorias de assistência estudantil. Dessa forma, para que o *Campus* Alta Floresta possa implementar essa modalidade de assistência estudantil, que dispensa a necessidade de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

explicitação da sua extrema relevância no contexto de uma Instituição de ensino público, é fundamental a construção de espaço destinado à instalação de cantina no *Campus*. Deve-se frisar que o projeto original de construção do *campus* não contemplou tal espaço.

2.5 A modalidade adota para o processo licitatório deverá ser a **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 Os serviços a serem executados compreendem a construção de Cantina de 511,10 m², conforme especificações técnicas constantes dos projetos e memoriais descritivos anexos a este instrumento.

3.2 Os serviços deverão ser executados conforme Projetos Executivos e Memoriais Descritivos abaixo listados:

- Anexo A – 01 (um) jogo de Projeto Arquitetônico;
- Anexo B – 01 (um) Memorial Descritivo Arquitetônico;
- Anexo C – 01 (um) jogo de Projetos Estruturais com memoriais de cálculo;
- Anexo D – 01 (um) jogo de Projeto Hidro Sanitário;
- Anexo E – 01 (um) Memorial Descritivo Hidro Sanitário;
- Anexo F – 01 (um) jogo de Projeto de Drenagem Pluvial;
- Anexo G – 01 (um) jogo de Projeto Elétrico;
- Anexo H – 01 (um) Memorial Descritivo Elétrica;
- Anexo I – ART's/RRTs dos Projetos e Memoriais Descritivos;
- Anexo J – 01 (um) Memorial Descritivo das Medidas de Segurança Contra Incêndio e Pânico;
- Anexo K – 01 (um) jogo de Projetos de Combate à Incêndio e Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
- Anexo L – ART's/RRTs dos Projetos de Combate à Incêndio e Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
- Anexo M – 01 (uma) Planilha Orçamentária;
- Anexo N – 01 (uma) Planilha Resumida;
- Anexo O – 01 (um) Cronograma Físico-Financeiro;
- Anexo P – 01 (uma) Planilha de Composição do BDI;
- Anexo Q – 01 (uma) Planilha de Composição dos Custos Unitários;
- Anexo R – 01 (uma) Declaração de Conformidade de Preços com o SINAPI;
- Anexo S – 01 (uma) Planilha Quantitativo Movimentação Terra Fundação;
- Anexo T – ART's/RRT's dos Orçamentos.

3.3 Considerando que o regime de execução da presente contratação é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, os licitantes deverão analisar e questionar eventual impropriedade nos documentos mencionados no item 3.2 no momento destinado à impugnação do edital, não sendo cabível a alegação de erros, deficiências de projetos e orçamentos, em momento posterior.

3.4 A obra só se dará por concluída após o término de todos os serviços especificados, retirada de eventuais entulhos e completa limpeza de todas as áreas trabalhadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DO CUSTO ESTIMADO

4.1 O custo estimado para a execução do objeto deste Projeto Básico é de **R\$ 1.137.097,95** (Um milhão, cento e trinta e sete mil e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo:

RESUMO DO ORÇAMENTO			
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL PARCIAL	%
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 32.802,30	2,88%
2	MOVIMENTO EM TERRA	R\$ 4.522,14	0,40%
3	TERRAPLENAGEM	R\$ 3.144,55	0,28%
4	INFRA ESTRUTURA	R\$ 62.839,64	5,53%
5	SUPER ESTRUTURA	R\$ 240.350,31	21,14%
6	ALVENARIA	R\$ 37.789,29	3,32%
7	COBERTURA	R\$ 131.660,56	11,58%
8	IMPERMEABILIZAÇÕES	R\$ 1.465,07	0,13%
9	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS	R\$ 41.433,80	3,64%
10	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS	R\$ 11.190,50	0,98%
11	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PREDIAIS	R\$ 19.354,14	1,70%
12	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	R\$ 20.340,24	1,79%
13	INSTALAÇÃO DE GÁS COMBUSTÍVEL	R\$ 1.016,15	0,09%
14	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO	R\$ 4.516,99	0,40%
15	INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO (DRENO)	R\$ 133,82	0,01%
16	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)	R\$ 12.370,85	1,09%
17	ESQUADRIAS	R\$ 116.069,82	10,21%
18	PISOS E PAVIMENTAÇÃO INTERNA	R\$ 96.950,03	8,53%
19	REVESTIMENTO DE PAREDES INTERNAS	R\$ 102.132,72	8,98%
20	REVESTIMENTO DE PAREDES EXTERNAS	R\$ 14.838,69	1,30%
21	LOUÇAS E METAIS	R\$ 31.087,03	2,73%
22	BANCADAS E PEDRAS	R\$ 38.888,05	3,42%
23	PINTURA	R\$ 61.378,30	5,40%
24	DESPESAS FINAIS	R\$ 1.283,20	0,11%
25	PAVIMENTAÇÃO EXTERNA	R\$ 49.539,76	4,36%
TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO		R\$ 1.137.097,95	100,00%

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Projeto Básico, correrá



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

à conta das dotações orçamentárias do exercício de 2016 do Orçamento Geral da União, Natureza de Despesa 449051, Ação 20RL, PTRES 108871.

DO LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA

6.1 O local de execução da obra será no IFMT – *Campus* Alta Floresta, localizado junto ao lote 143-A – Rodovia MT 208 – Perímetro Urbano do Município de Alta Floresta-MT.

DA VISTORIA DO LOCAL DA OBRA

7.1 Para melhor dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria facultativa no local de execução da obra, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail ou telefones abaixo:

Unidade Contratante	E-mail	Telefones
<i>Campus</i> Alta Floresta	licitacao@alf.ifmt.edu.br	(66) 3512-7005/7017

7.2 O prazo para vistoria facultativa iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até as 16:00 horas do dia útil anterior à data prevista para o certame.

7.3 Para a vistoria facultativa, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

7.4 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Projeto Básico.

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Todos os trabalhos deverão ser executados com mão-de-obra qualificada, devendo a licitante vencedora obedecer às normas técnicas da ABNT, das recomendações dos fabricantes, das normas da SEAP/MPOG.

8.2 Antes do início das obras a empresa responsável pela execução dos serviços deverá anotar no CREA-MT a responsabilidade pelo Contrato e pela execução de todos os serviços contratados e entregar uma via original da ART ao IFMT.

8.3 Durante toda a vigência do contrato, a CONTRATADA indicará um preposto devidamente qualificado e legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso (CREA-MT) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-MT) para acompanhar diretamente a execução dos serviços.

8.4 O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior à 5 (cinco) anos (Art. 618 da Lei n. 10.406/2002 – Código Civil), contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido pela Comissão designada pela autoridade competente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DOS PRAZOS E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses corridos**, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato, cuja eficácia fica condicionada à sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

9.2 O prazo para execução da obra é de **06 (seis) meses corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

9.3 Os prazos previstos nos itens 9.1 e 9.2 poderão ser excepcionalmente prorrogados quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**, e mediante comprovação técnica do motivo e da necessidade, aceita pela Administração do *Campus* Alta Floresta/IFMT.

9.4 Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Comissão de Fiscalização e Supervisão de Obras do IFMT, designada pela autoridade competente. A solicitação de prorrogação de prazo deverá ser instruída minimamente com os seguintes documentos: novo cronograma físico-financeiro; comprovação documental de todas as alegações que vieram a ensejar no possível atraso; demonstração de total ausência de culpa da contratada; e outros conforme exigência do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

9.5 A contratada deverá prever em sua proposta o ônus da decisão de utilizar ou não horas extras, pois tal decisão não poderá ser usada de base para pedidos de acréscimos, reposições ou qualquer forma de ressarcimento por parte desta Instituição de Ensino.

9.6 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

9.7 Os serviços ora contratados serão acompanhados e fiscalizados pela Comissão Permanente de Fiscalização e Supervisão de Obras do IFMT, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato, anotando, inclusive em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 67 da Lei 8.666/93.

9.8 A Comissão Permanente de Fiscalização e Supervisão de Obras do IFMT, em conjunto com o fiscal do contrato, será responsável, além do exposto no subitem 9.7, por:

- a) Supervisionar a execução dos serviços;
- b) Estabelecer metodologia para medições, de acordo com o cronograma físico e financeiro;
- c) Fazer cumprir todas as cláusulas contratadas atendendo as especificações, prazo, valores e demais condições acordadas na proposta;
- d) Fazer as anotações em registro próprio de toda ocorrência relacionada a execução do contrato;
- e) Solicitar autorização a autoridade competente as alterações de serviços contratuais, por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

meio de justificativa fundamentada;

- f) Formalizar os termos aditivos, com as devidas justificativas;
- g) Abrir processo administrativo para aplicação de sanções administrativas;
- h) Notificar a empresa da intenção do IFMT em aplicar as sanções;
- i) Receber as alegações de defesa da empresa vencedora da contratada, previstas no presente Termo de Referência e no Edital de Licitação;
- j) Julgar as alegações de defesa visando a legalidade, razoabilidade e proporcionalidade do processo;
- k) Providenciar as sanções, se julgadas pertinentes, as quais serão homologadas e aplicadas pelo Ordenador de Despesa;
- l) Atestar as notas fiscais e
- m) Outras medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

9.9 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

9.10 A CONTRATANTE reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com este Projeto Básico.

9.11 Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

9.12 A CONTRATADA deverá submeter previamente à aprovação da FISCALIZAÇÃO eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;

9.13 A FISCALIZAÇÃO deverá também anotar no Diário de Obra, a ser fornecido pela licitante vencedora, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.14 A fiscalização, através de vistorias, ocorrerá em intervalos máximos de 07 (sete) dias corridos ou sempre que houver necessidade.

9.15 As vistorias serão efetuadas pela Comissão Permanente de Fiscalização e Supervisão de Obras, ou por engenheiro por ela designado, acompanhado pelo engenheiro da contratada.

9.16 A CONTRATADA só poderá solicitar recebimento provisório após a execução de todos os serviços, aplicação de todos os materiais, instalação e teste de todos os equipamentos sobre sua responsabilidade, bem como a apresentação de toda documentação necessária.

9.17 Ao dar por encerrado o seu trabalho, a CONTRATADA encaminhará à FISCALIZAÇÃO solicitação de vistoria para entrega da obra. Após a realização desta vistoria, a qual terá prazo de 15 (QUINZE) dias úteis após a solicitação, a FISCALIZAÇÃO lavrará TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO onde assinalará as falhas que porventura ainda tenham ficado pendentes de solução. Após sanadas estas falhas, a CONTRATADA solicitará à FISCALIZAÇÃO a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, nos termos do Código Civil brasileiro, que deverá ser elaborado no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias úteis após a solicitação. A CONTRATADA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

corrigirá os vícios redibitórios à medida que se tornarem aparentes.

9.18 Caso a FISCALIZAÇÃO julgue que a obra está sem condições para o recebimento provisório o prazo para término dos serviços não será interrompido e a CONTRATADA deverá solicitar nova vistoria, quando a obra deverá apresentar condições para tal.

9.19 O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado desde que a contratada tenha sanado todas as falhas assinaladas no Termo de Recebimento Provisório e efetue a entrega do "Habite-se", e os projetos de "as built".

9.20 A lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não exige a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concebidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.21 A FISCALIZAÇÃO deverá esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos e analisar os projetos, relatórios e medições fornecidos pela CONTRATADA.

DAS MEDIÇÕES E DO PAGAMENTO

10.1 O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

10.1.2 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

10.1.2.1 A Medição deverá vir acompanhada de um Relatório Técnico de Acompanhamento dos serviços executados no período, emitido pela FISCALIZAÇÃO da obra.

10.1.2.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

10.1.2.3 Se a CONTRATADA vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da CONTRATANTE aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.

10.1.2.4 Juntamente com a primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.1.2.5 A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

10.2 A CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

10.2.1 No caso de etapas não concluídas, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a CONTRATADA regularizar o cronograma na etapa subsequente.

10.2.2 A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

10.3 Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

10.4 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Projeto Básico.

10.4.1 O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados, bem como à apresentação dos documentos de comprovação, conforme descrito a seguir.

10.4.1.1 O pagamento da primeira parcela do serviço ficará condicionado à apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:

- a) Cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), referente ao registro da obra, em 02 (duas) vias;
- b) Cópia da matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) da obra, em 02 (duas) vias;
- c) Cópia do alvará de construção válido, expedido pela autoridade competente, em 02 (duas) vias;
- d) Cópia da Garantia efetuada em favor da CONTRATANTE, em 02 (duas) vias;
- e) Cópia da comunicação prévia à delegacia regional do trabalho, no que estabelece o item 18.2 da NR 18 MTB, em 2 (duas) vias;
- f) Cópia do Termo de Abertura do livro, devidamente assinado pelo CREA;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

g) Apólice do seguro contra Riscos partir da data da expedição da ordem de serviço, Seguro contra riscos de Engenharia cobrindo incêndios e responsabilidade civil contra terceiros e danos físicos referentes à obra deste contrato.

10.4.1.2 Para os demais pagamentos das etapas da obra será exigida da CONTRATADA a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia da folha de pagamentos dos funcionários da empresa diretamente envolvida no serviço, referente ao mês imediatamente anterior, constando os seguintes dados: endereço, CNPJ, inscrição municipal, código de atividade, apresentado em papel timbrado, em 02 (duas) vias;
- b) Cópia da Guia de Previdência Social (GPS), de acordo com a Folha de Pagamento, constando o número do (CMA), em 02 (duas) vias;
- c) Cópia da Guia de recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social (GFIP), de acordo com a Folha de Pagamentos, em 02 (duas) vias;
- d) Apólice e os comprovantes de pagamentos das parcelas do Seguro contra os riscos de engenharia.

10.4.1.3 Em se tratando de medição final, a CONTRATADA deverá apresentar o Termo de Recebimento Provisório da Obra, emitida pela FISCALIZAÇÃO.

10.5 Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.6 Antes de cada pagamento, a CONTRATANTE realizará consulta *on line* ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

10.6.1 Constatada a **situação de irregularidade da Contratada junto ao SICAF**, a mesma será **notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelos serviços já prestados**, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, **regularizar tal situação** ou, no mesmo prazo, **apresentar defesa, sob pena de aplicação da penalidade cabível e de rescisão contratual**.

10.6.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do prestador dos serviços, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.6.3 Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.6.4 Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.6.5 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa inadimplente no SICAF.

10.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei n.º 8.212, de 1991.

10.7.1 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

10.7.2 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

10.8 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.9 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.10 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

10.12 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

10.13 A empresa deverá informar no documento fiscal o período de realização dos serviços.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.14 O IFMT reserva-se o direito de recusar a efetuar o pagamento se, no ato de aceitação, o serviço não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Executar cada uma das fases do empreendimento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos a este Projeto Básico;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

11.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

11.7 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução das atividades contratadas;

11.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.9 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

11.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

11.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do empreendimento;

11.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.16 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.18 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

11.19 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.20 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.21 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.22 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.23 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.24 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.25 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a liberação da ordem de serviço, as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

11.26 Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.27 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.28 Assegurar à CONTRATANTE, nos termos do artigo 19, inciso XVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008:

11.28.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.28.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.29 Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram ou fundamentam o Projeto Básico e este Contrato, no prazo determinado.

11.30 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.31 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.32 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

11.33 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

11.34 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.35 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.35.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.35.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata; e

11.35.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

11.35.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.36 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.36.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

11.36.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

11.36.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

11.36.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.36.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.36.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.36.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.36.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.37 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.37.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.37.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.37.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.38 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

11.39 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos;

11.40 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

11.41 Elaborar e fornecer os projetos executivos, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

11.41.1 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

11.42 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado, conforme exigido no instrumento convocatório; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.43 Entregar à CONTRATANTE os manuais e certificados de garantia dos equipamentos instalados, bem como a lista de empresas credenciadas para a assistência técnica;

11.44 Elaborar e entregar à CONTRATANTE o “as built” da obra, sem o qual não será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo da obra;

11.45 Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

12.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG n. 02/2008;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12.6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.9 Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.10 Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

12.10.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

12.10.2 comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

12.10.3 laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

12.10.4 carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

12.10.5 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

12.10.6 a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

DA PROPOSTA

13.1 Para composição da proposta, a empresa licitante, deverá também encaminhar as seguintes documentações:

- a) Planilha de Custos Quantitativa Detalhada, com todos os preços unitários que levaram à determinação do preço global ofertado;
- b) Cronograma Físico-Financeiro detalhado correspondente;
- c) Tabela de detalhamento da composição do BDI e dos respectivos percentuais praticados;
- d) Tabela dos encargos sociais.

13.2 A licitante deverá se abster de lançar em suas planilhas de custos o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, em face da proibição contida no item 9.1 do Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 950/2007 – Plenário, e na Orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP aos Ministérios na Mensagem SIASG/COMUNICA nº 037226, de 12/06/2007, e ainda no Acórdão n. 325/2007-Plenário/TCU.

13.3 Do mesmo modo estão vetados a inclusão dos itens Administração Local, Instalação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização na composição do BDI, conforme Acórdão n.º 2369/2011 – Plenário/TCU.

Acórdão 2369/2011 – Plenário/TCU

(...)

9.1.1 os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do LDI, tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante;

9.1.2. Os itens Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização, visando a maior transparência, devem constar na planilha orçamentária e não no LDI;(…)

DAS SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

14.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2 multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

14.2.2.1 em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

14.2.2.2 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.3 multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14.2.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

14.3 A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

14.4 A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

14.5 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

14.6 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.6.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.6.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.6.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.9.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.12 As disposições constantes deste item são complementadas pelas constantes no Manual de Fiscalização de Contratos e Aplicação de Sanções do IFMT, aprovado pela Portaria IFMT nº. 1.420/2015.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O CONTRATANTE poderá, sem ônus decorrente, aceitar modificações propostas pela CONTRATADA, com vistas ao aperfeiçoamento e exequibilidade do objeto licitado, no advento de algum fato novo ou qualquer imprevisto, as quais serão analisadas pela Administração.

15.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos limites estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

15.3 A CONTRATADA somente poderá subcontratar no **máximo 25% (vinte e cinco por cento)** dos serviços, e desde que a subcontratação seja previamente aprovada pelo contratante (**Lei 8.666/93 Art. 72**).

15.3.1 Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.3.2 Todos os serviços, executado pela subcontratada, deverão estar dentro das melhores técnicas construtivas, respeitando-se os padrões estabelecidos pela ABNT.

15.3.3 No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal serviços de que trata esse Projeto Básico, assumindo a responsabilidade integral pela qualidade dos serviços contratados.

15.4 No caso de vir a utilizar a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar cópias de todas as ART'S e respectivas guias, comprovando os recolhimentos aplicáveis a cada caso.

15.5 É expressamente vedada a subcontratação da empresa contratada para a elaboração dos projetos, os autores dos projetos e os responsáveis técnicos pelas empresas.

15.6 É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso durante a vigência do contrato.

Alta Floresta/MT, 10 de outubro de 2016.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Projeto Básico Elaborado por:

THAQUIANA SALOMÃO MACHADO

FABRÍCIO GERALDO DOS SANTOS RODRIGUES

De Acordo:

TATIANE DO NASCIMENTO
Chefe do Departamento de Administração e Planejamento

Considerando a observância e o cumprimento dos requisitos legais, bem como a necessidade da contratação desse serviço, **APROVO** o presente Projeto Básico.

Alta Floresta/MT, 10 de outubro de 2016.

JULIO CÉSAR DOS SANTOS
Diretor Geral do *Campus* Alta Floresta
Ordenador de Despesa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXOS AO PROJETO BÁSICO

Todos os anexos do Projeto Básico estão gravados no CD abaixo

OBS. Os anexos do Projeto Básico, em mídia digital, estarão à disposição dos interessados, munidos de 01 (um) CD-R ou DVD virgem ou pen-drive, no Setor de Licitações do IFMT – *Campus* Alta Floresta, na Rua A, Bairro Setor A, 198, Primeiro Andar - CEP: 78580-000, das 8h às 11h30min e das 13h às 17h. Os arquivos também estarão disponíveis no site do IFMT – *Campus* Alta Floresta (http://alf.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/licitacoes-e-contratos_/).